

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**

3ª Vara Cível

Processo 0713959-34.2012.8.23.0010**Comarca:** BOA VISTA**Data de Autuação:** 05/07/2012 **Situação:** Público**Classe Processual:** 22 - Procedimento Sumário**Assunto Principal:** DIREITO CIVIL**Data Distribuição:** 05/07/2012 **Tipo Distribuição:** Distribuição Automática**Parte(s) do Processo****Tipo:** Promovente**Nome:** MISAEL CARLOS DA SILVA**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 841.520.792-15**Advogado(s) da Parte**

505NRR CLAYBSON CESAR BAIA ALCANTARA

Tipo: Promovido**Nome:** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**Data de Nascimento:** Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 09.248.608/0001-04**Advogado(s) da Parte**

3592AAC ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA__ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

MISAEEL CARLOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, técnico em enfermagem, portador do RG nº 231.757 SSP/RR, inscrito no CPF com o nº 841.520.792-15, residente e domiciliado na Rua 05, s/nº, Bairro Andaraí - Rorainópolis -RR, por seu advogado in fine assinado (procuração anexa), vem perante a ilustre presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

em face da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205, Telefone (21) 3861-4600 e Fax (21) 2240-9073, tendo em vista as razões de fato e de direito a seguir expostas:

1. DA JUSTIÇA GRATUITA

O Autor preenche os requisitos legais para a obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, nos termos das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7. 510/86, requerendo, portanto, sejam-lhe concedidos os aludidos benefícios, tendo em vista tratar-se de pessoa pobre na acepção do termo, conforme declaração em anexo.



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

2. DOS FATOS

O Autor, em 20 de maio de 2011, conduzia a motocicleta Honda/NXR Bros, placa NAM 4742, na Avenida Ayrton Sena, em frente ao Supermercado Tropical, no Centro de Rorainópolis, quando caiu da mesma ao tentar realizar uma manobra, conforme comprova o boletim de ocorrência policial nº 1082/2011 - Delegacia de Rorainópolis, em anexo.

Em razão do acidente, o Requerente ficou com uma debilidade permanente no membro superior direito, conforme comprova o laudo pericial do IML, em anexo.

Após o período de tratamento médico, o Autor apresentou toda documentação necessária junto à Seguradora Ré para o recebimento da indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, cujo valor devido era R\$ 13.500,00 (treze mil reais), conforme estabelece a lei nº 6.194/74 após a alteração ocorrida pela lei nº 11.482/07.

Ocorre que a seguradora apesar de reconhecer a sua obrigação em indenizar o Autor pelas debilidades físicas resultante do acidente, aproveitou-se da existência da lei inconstitucional nº 11.945/09 e aplicou a tabela por ela instituída efetuando o pagamento em 20/04/2012, de apenas R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) conforme comprova o documento de pagamento em anexo.

Considerando que o autor só recebeu R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conclui-se que o mesmo tem direito a receber ainda, R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), como complemento do valor devido.

A inaplicabilidade da lei nº 11.945/09 é uma realidade nos Tribunais Pátrios, uma vez que a mesma é materialmente inconstitucional, pois viola princípios constitucionais, bem como afrontou a LC nº 95/98 durante seu processo de aprovação, tornando-se, também, formalmente inconstitucional.

É importante esclarece que em função de parte do judiciário, ignorar a sua inconstitucionalidade, a mesma já vem sendo combatida no STF por várias Ações Direta de Inconstitucionalidade, em especial a ADI nº 4627, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, cujo relator é o Excelentíssimo Ministro Luiz Fux.

São, sucintamente, os fatos.



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

3. DO DIREITO

3.1 DO RITO.

Estabelece o artigo 275 do CPC que observar-se-á o procedimento sumário quando as ações tratarem de cobranças de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução, vejamos:

Art. 275. Observar-se-á o procedimento sumário:

II - nas causas, qualquer que seja o valor:

e) de cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução;

3.2 DA PROVA PERÍCIAL.

O Autor já realizou a perícia médica no Instituto Médico Legal de Roraima, onde restou comprovada a sua debilidade que legitima o seu direito ao recebimento da indenização devida, conforme se observa no laudo que segue em anexo.

Nas ações de cobrança do seguro DPVAT, o entendimento consolidado pelos nossos Tribunais é no sentido de ser prescindível o exame pericial se existe laudo do IML comprovando os danos sofridos pela vítima, sendo desnecessária a produção de nova prova perícia, vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA, NOS TERMOS DA LEI Nº 11.945/2009. Considerando que o objeto da presente cobertura securitária é o dano sofrido em sua integridade física, em grau capaz de provocar-lhe situação permanente de invalidez, cujo critério de apuração que deve presidir juízo identificador do sinistro coberto por esta modalidade de seguro obrigatório é dado, fundamentalmente, pela definitividade, natureza e gravidade das lesões sofridas pela vítima, as quais se encontram especificadas em tabela constante das normas de acidentes pessoais expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, apresentando diversos percentuais de enquadramento, impossível decidir a presente demanda sem apuração do grau da invalidez. Aplica-se ao caso concreto, as disposições contidas na Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida em Lei 11.945/2009, a qual determina a



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

realização de perícia médica a fim de apurar o grau de incapacidade nos casos de sinistros ocorridos a partir de 16/12/2008. Em face da atribuição conferida pela Lei 11.945/2009 cabe ao Departamento Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima, fornecer laudo de verificação da existência e quantificação das lesões. **Tendo o agravante juntado laudos periciais realizados junto ao órgão competente (IML de Alegre), conforme documentos de fls.09/12-TJ, desnecessária a realização de nova perícia técnica.** AGRAVO PROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70042319004, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 19/04/2011) (sem grifos no original)

No caso em tela, não haverá necessidade de realização de nova perícia, pois segue em anexo o laudo do IML deste Estado que atesta a debilidade do Autor. Porém, se por alguma razão Vossa Excelência entenda que o laudo do IML não é por si só conclusivo para atestar a debilidade do autor, fica desde já requerida a realização de uma perícia, de forma que em cumprimento ao estabelecido no art. 276 do CPC, apresentamos os quesitos abaixo a fim de comprovar o direito do requerente.

- A) Há lesão cuja origem seja decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?
- B) Qual segmento do corpo do autor encontra-se lesionado e qual o percentual do dano?
- C) A lesão sofrida pelo autor apresenta quando definitivo, sem possibilidade de recuperação ao estado anterior?

3.3 DO VALOR INDENIZÁVEL.

A Lei nº 11.482/07 que derogou a Lei 6.194/74 estabelece que em casos de invalidez permanente o limite do valor da indenização para o seguro DPVAT é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), vejamos:

Art. 8º - Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada”:



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);
- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (NR)

A lei nº 11.482/07 entrou em vigor em 31 de maio de 2007, de forma que os sinistros ocorridos desde aquela data serão regulados por este diploma legal, uma vez que anteriormente a lei nº 6.194/74 que também regula o seguro DPVAT, estipulava que o valor indenizável para os sinistros ocorrido na sua vigência seria de 40(quarenta) salários mínimos.

Portanto, no caso em tela, observa-se que a legislação aplicável é a lei nº 11.482/07, uma vez que o sinistro ocorreu sob a vigência deste diploma legal.

Considerando o pagamento administrativo no importe de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conclui-se que o autor tem direito a receber ainda, R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), como complemento do valor devido.

3.4 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI nº 11.945/09 - IMPOSSIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL AO GRAU DA LESÃO.

O art. 31 da lei 11.945/09 que alterou a redação do § 1º e seguintes do art. 3º da lei 6.194/74, estabelece que a invalidez permanente prevista no inciso II deste artigo classificam-se em invalidez permanente total ou invalidez permanente parcial.

O mesmo diploma legal definiu que a invalidez permanente parcial é classificada em completa e incompleta, em razão da extensão das perdas anatômicas ou funcionais da vítima, e que serão apuradas com a realização do exame pericial médico.

Determina ainda que a invalidez permanente parcial incompleta deverá ser enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela constante no anexo da lei nº



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

6.194/74, tabela que foi incluída nesta lei por meio da lei nº 11.945/09, devendo o valor da indenização respeitar o percentual estabelecido na referida tabela, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) quando se tratar de perdas de repercussão intensa, de 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, de 25% (vinte e cinco por cento) para as sequelas de leve repercussão, e de 10% (dez por cento) nos casos de sequelas residuais.

Em outras palavras, o que a lei nº 11.495/09 quer dizer é que se uma pessoa teve uma perda funcional parcial completa do joelho terá direito a uma indenização correspondente a 25% do valor máximo previsto na lei (R\$ 13.500,00), conforme estabelece a tabela, o que representaria o valor de R\$ 3.375,00, porém, se a perda funcional parcial for incompleta e de natureza grave, deverá receber apenas 75% dos 25% previsto na tabela, ou seja, R\$ 2.531,25; se for de natureza média receberá 50% dos 25% previsto na tabela, se de natureza leve receberá 25% dos 25% previsto na tabela, e se resultar seqüelas residuais deverá receber apenas 10% dos 25% estabelecido na tabela, ou seja, R\$ 337,50.

3.4.1 - DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL

Os artigos 6º e 7º da LC nº 95/98 estabelece que o preâmbulo do projeto/Medida provisória que está em vias de aprovação, indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal, bem como o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, fazendo expressa menção que: "a Lei não conterá matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão", vejamos:

" Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão";



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

A lei nº 11.945/09 é decorrente da medida provisória nº 451/2008, que tratava da alteração da tabela de alíquota do imposto de renda, conforme estabelecia o seu preâmbulo, de forma que a inclusão de última hora da matéria relativa ao seguro DPVAT não poderia ter sido inserida na mesma medida provisória, por afrontar o disposto na LC nº 95/98 que prevê que a MP ou projeto que trate de matérias diversas e não conexas deverão estar em MP/Projetos distintos.

A forma como a MP 451/2008 foi editada e conseqüentemente transformada na lei nº 11.945/09, possibilitou, maliciosamente, que a matéria relativa às alterações no valor da indenização do seguro DPVAT, que interessava apenas ao poderoso grupo econômico das Seguradoras, pegasse "carona" na medida provisória que tratava do imposto de renda, aproveitando-se assim da urgência daquela matéria que estava sendo discutida no legislativo federal.

Portanto, clara a inconstitucionalidade formal da nova redação dada ao artigo 3º da Lei 6.194/74, e da tabela que gradua o valor da indenização, uma vez que na elaboração da medida provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, não foi observada a lei Complementar nº 95/98.

3.4.2 - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

A MP nº 451/2008, convertida na lei nº 11.945/2009, que alterou a lei nº 6.194/1974, desampara as vítimas de acidente de trânsito, e pior, ofende a dignidade destas ao "lotear" o corpo humano, estabelecendo, valores ínfimos para as partes do corpo, por exemplo: de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) em caso de debilidade permanente no dedo, pois determina que o lesionado poderá receber apenas 25% dos 25% previsto para aquele membro.

Ora, se pagar 25% de 13.500,00 para perda de um membro já é um absurdo, imagina pagar 10% dos 25% como determinar a lei nº 11.945/09.

A MP nº 451/2008, transformada na lei nº 11.945/2009 veio LEGITIMAR O INTERESSE DAS SEGURADORAS, uma vez que as mesmas nunca pagaram, via administrativa, o valor integral previsto no art. 3º, alínea "b" da Lei nº 6.194/74, que muito antes da aprovação do referido diploma legal já aplicava abusivamente uma tabela de cálculo de indenização (Loteamento do Corpo Humano), elaborada aleatoriamente pela FENASEG.



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

Parte do Judiciário pátrio que não está se deixando influenciar pelo interesse dos grupos econômicos formados pelas seguradoras já vem se posicionando pela não aplicabilidade da tabela instituída pela lei nº 11.945/09, vejamos:

ENUNCIADOS Nº 26 DAS TURMAS RECURSAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO ESTADO DO MARANHÃO, ATUALIZADOS PELOS JUÍZES INTEGRANTES DAS TRCCs NA REUNIÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.

26- Não se aplicará a tabela anexa da lei nº. 11.945/2009 porque infringe o princípio da Dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09).

3.4.2.1 - DA VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA AO PROMOVER O PARCELAMENTO DO CORPO HUMANO

O ordenamento jurídico é um sistema destinado a proteger e resguardar não somente os direitos, mas também os valores norteadores da sociedade. Não é, por outra razão, que busca-se, envolver uma gama de preceitos com o escopo de proteger os direitos de personalidade e preservar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Os operadores do direito, notadamente aqueles que litigam na área do Seguro Obrigatório estão familiarizados - e escandalizados - com a forma pela qual a Seguradora Líder conduz um acordo nos "mutirões" de Seguro DPVAT.

Uma debilidade na clavícula, no braço, no pé, é um valor, pouco importando a extensão que a debilidade acarretou em sua vida profissional e pessoal. Enfim, trata-se de uma aplicação mecânica de uma legislação viciada, em que membros do corpo são quantificados e pagos pela seguradora, e muitas vezes contando com o apoio daqueles que deveriam afastar a referida legislação e fazer justiça.

Distante de qualquer senso de dignidade, a imposição do tabelamento do corpo humano como se cada parte tivesse um valor, afronta o princípio da dignidade da pessoa humana, pois uma pessoa não pode ser rebaixada a um animal em um açougue, em que se atribui um valor a uma alcatra ou a um contra-filé.

A dignidade da pessoa humana não pode ser rebaixada a ponto de se permitir que a lei 11.945/09 - influenciada pelos



CLAYBSON ALCÂNTARA

OAB/RR 505

lobbies das seguradoras - promova o loteamento do corpo humano, de forma mecânica, ausente de qualquer juízo de humanidade e dignidade, de forma fria, a ponto de comparar-nos a meros bovinos.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1) O deferimento dos benefícios da Justiça Gratuita, haja vista a condição financeira do Autor (declaração em anexo);

2) a citação da Requerida, para caso queira, responder no prazo legal os termos desta ação;

3) a inversão do ônus da prova nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC;

4) que o pedido do autor seja julgado PROCEDENTE, com a condenação da Ré ao pagamento de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), referente à complementação do valor devido pelo seguro DPVAT, haja vista a impossibilidade da aplicação tabela criada por meio da lei nº 11.945/09 em razão da sua inconstitucional formal e material.

5) a condenação da Ré em honorários advocatícios no importe de 20% do valor da condenação.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em Direito, especialmente, perícia, e documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Boa Vista - RR, 02 de julho de 2012.

CLAYBSON ALCÂNTARA
OAB/RR 505



CLAYBSON ALCÂNTARA
OAB/RR 505

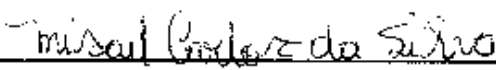
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: MISAEL CARLOS DA SILVA, brasileiro, solteiro, técnico em enfermagem, portador da cédula de identidade nº 231.757 SSP/RR e CPF: 841.520.792-15, domiciliado na Rua 05, s/n, Bairro Andaraí, Rorainópolis/RR.

OUTORGADO: CLAYBSON CÉSAR BAÍA ALCÂNTARA, brasileiro, casado, advogado, **OAB/RR 505**, com escritório profissional localizado na Rua Professor Diomedes, nº 66/2 - Centro, Município de Boa Vista-RR, Tel. (95) 3623-1965.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, o outorgante constitui e nomeia seu bastante procurador o outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, podendo em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, da justiça especial ou comum, propor a ação de cobrança do seguro DPVAT, até final decisão, interpondo, caso necessário, e por convicção, os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para transigir, firmar compromissos ou acordo, receber alvará de levantamento de valores, e dar quitação total ou parcial de obrigações, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel desempenho deste mandato, inclusive, extrajudiciais, perante quaisquer pessoas jurídicas de direito público, seus órgãos, ministérios e desdobramentos de qualquer natureza, e ainda, perante qualquer pessoa jurídica de direito privado ou pessoa natural. Podendo ainda, o outorgado, substabelecer a presente em outra de igual teor e validade, a quem lhe convier, com ou sem reservas de iguais poderes.

Boa Vista-RR, 19 de junho de 2012.



MISAEL CARLOS DA SILVA


DECLARAÇÃO

Eu, **MISAEEL CARLOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, técnico em enfermagem, portador da cédula de identidade nº 231.757 SSP/RR e CPF: 841.520.792-15, domiciliado na Rua 05, s/n, Bairro Andaraí, Rorainópolis/RR.

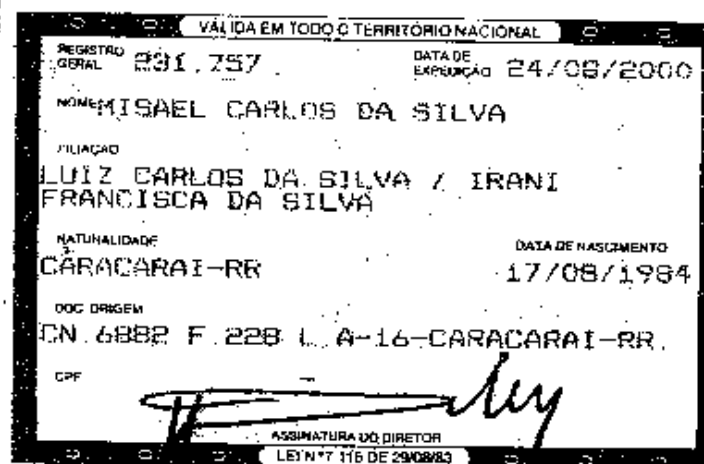
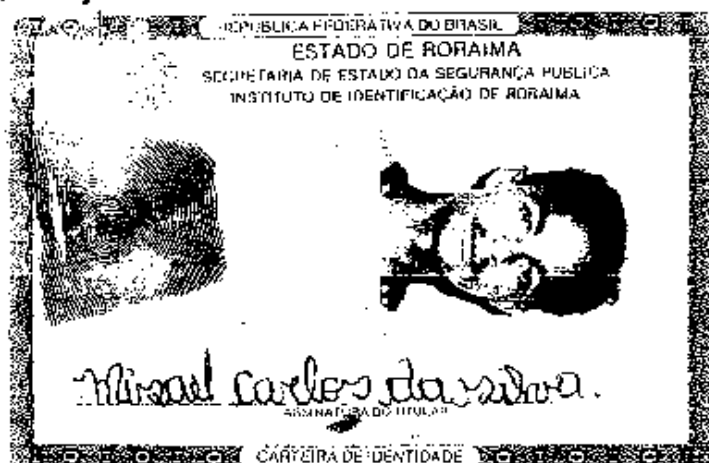
DECLARO para os devidos fins de direito, que não disponho de recursos suficientes para fazer frente com as custas/despesas processuais e honorários advocatícios, por ser pessoa pobre na forma da lei, declarando ainda que caso esta declaração não seja expressão da verdade, fico sujeito as penalidades previstas no art. 4º da Lei nº. 1060/50 e art. 299 do CPC.

Por ser verdade, firmo a presente.

Boa Vista-RR, 19 de Junho de 2012.



MISAEEL CARLOS DA SILVA





GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE RORAIMÓPOLIS

BOLETA DE OCORRÊNCIA: 20/05/2011 DATA: 20/05/2011 HORA: 11:00h

ATENDENTE: Rogério

DELEGADO TITULAR:

DADOS DO LOCAL DA OCORRÊNCIA

DATA: 20/05/2011 HORA: 11:00h
LOCAL: Av. Ayrton Senna em frente do Supermercado Topical

DADOS DO COMUNICANTE

NOME: Miguel Carlos da Silva RG: 231.707 SSP/RR CPF: 341.500.792-15
DATA DE NASCIMENTO: 17-08-1954 IDADE: 56 SEXO: M
NACIONALIDADE: Brasileira CIDADE: Caracará UF: RR
PAI: Luiz Carlos da Silva MÃE: Irineu Francisco da Silva
GRAU DE ESCOLARIDADE: Ensino médio completo
ENDEREÇO: Rua 05 Bairro Andaraí
RAÇA:
PONTO DE REFERÊNCIA:
TELEFONE: 013 5732

DADOS DO DENUNCIADO (S)

NOME: RG: CPF:
ENDEREÇO:
PONTO DE REFERÊNCIA:

BREVE RELATO DO FATO

Senhor Delegado, compareceu nesta Delegacia de Polícia o senhor acima qualificado para comunicar trafegava pela Avenida Ayrton Senna conduzindo sua motocicleta HONDA/NXR 150 BROS cor preta, placa NALL 4742, por volta das 21 horas ao tentar efetuar uma manobra caiu no chão, na queda o comunicante batemou a clavícula direita.


Antonio Rogério Neves Filho
AGENTE DE POLÍCIA


Miguel Carlos da Silva
COMUNICANTE

DESPACHO
() Foto Alçada. Arquivar-se.
() Intime-se os Partes.

GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

GUIA DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA

DIA		MÊS		ANO		HORA		NÚMERO DE REGISTRO	
23		05		2011		9 : 55		28	
01 DADOS DO (A) PACIENTE: DATA DE ATENDIMENTO =>									SEXO: M () / F (X)
Nome: <u>Miguel Carlos da Silva</u>									
DATA NASC		Dia		Mês		Ano		Idade:	
17		08		84		26		231 752	
End: Rua / Avenida									Nº
Rua 5									
Bairro:			Município:			Estado (UF)		Telefone	
Andaraí			R2			RR		CONFERE COM O ORIGINAL	
FILIAÇÃO		PAI <u>Luiz Carlos da Silva</u>							
		MÃE <u>Marlene Francisco de Silva</u>							
02 DO ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA		<input type="checkbox"/> VIA PÚBLICA		<input type="checkbox"/> TRABALHO		<input type="checkbox"/> TRÂNSITO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)	
03 DA ENTRADA NA EMERGÊNCIA:									
<input type="checkbox"/> TRANSPORTADO		<input type="checkbox"/> DE AMBULÂNCIA		<input type="checkbox"/> REMOVIDO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)			
04 TIPO DE ACIDENTE:									
<input type="checkbox"/> TRAUMÁTICO		<input type="checkbox"/> QUEIMADURA		<input type="checkbox"/> ENVENENAMENTO		<input type="checkbox"/> CHOQUE ELÉTRICO		<input type="checkbox"/> OUTROS (DESCREVER)	
Outros (descrever)									
TEMP:		PESO / Kg:							
05 SE ACIDENTE DO TRABALHO ESPECIFICAR:									
PROFISSÃO									
DIA		MÊS		ANO		HORA		OBSERVAÇÕES	
06 DOENÇA OCUPACIONAL:									
<input type="checkbox"/> SIM		<input type="checkbox"/> NÃO		<input type="checkbox"/> QUAL (ESPECIFICAR)					
Realização do gesso na clavícula direita									
07 INFORMAÇÕES DE RESPONSABILIDADE MÉDICA:									
ESPECIALIDADE:									
RESUMO CLÍNICO: Paciente vítima de acidente de									
motocicleta no dia 20/05/11, no qual									
EXAME FÍSICO: sofreu fratura de clavícula D.									
EXAME COMPLEMENTARES SOLICITADOS (RESULTADO NO VERSO):									
RESULTADO DE OUTRAS UNIDADES (RESULTADO NO VERSO):									
DIAGNÓSTICO:									
PROVÁVEL: Fratura de clavícula D.					DEFINITIVO:				
08 DO (A) PACIENTE:									
REMOVIDO (A) PARA					Dr. Dimião Weber Zabolotsky				
INTERNADO NO (A)					MÉDICO CLÍNICO GERAL				
					Diretor Clínico UMSP				
					CRM 177188				
<input type="checkbox"/> ALTA		<input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA COM INSTRUMENTAÇÃO		<input type="checkbox"/> SE AFASTADO POR ACIDENTE DO TRABALHO. QUANTOS DIAS?					
DATA		RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DO (A) PACIENTE		CARIMBO E ASSINATURA					
DIA		MÊS		ANO					
23		05		11		pulen			



GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA.
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA.
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL - IML-RR
DR. JOSÉ BENIGNO DE OLIVEIRA.
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS".



LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO- LESÕES CORPORAIS - Nº 1446/2012/IML.

Destino: DELEGACIA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO/DAT/RR.

AUTORIDADE REQUISITANTE:

- Delegado (a) de Polícia Civil: Tendeles A. A. de Barros.
- Requisição: **Nº 1863/2011/DAT. Referência: BO. Nº 1082/2011/DAT.**

NOME: MISAEEL CARLOS DA SILVA.	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA.	NATURALIDADE: CARACARAÍ/RR.
IDADE: 27 ANOS.	SEXO: MASCULINO.
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO.	COR: PARDA.
PROFISSÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM.	TELEFONE: 9121-6317.
FILIAÇÃO: LUIZ CARLOS DA SILVA e IRANI FRANCISCA SILVA.	
ENDEREÇO: RUA 05 - S/Nº - BAIRRO ANDARAÍ - RORAINÓPOLIS.	
DOCUMENTAÇÃO: R.G. Nº 231.757 - SSP/RR.	
DATA/ HORA DO EXAME: 23/02/2012, às 17 horas e 50 minutos.	
Obs: Os profissionais abaixo designados pelo diretor, prestam o solene compromisso de elaborar o laudo descrevendo com verdade todas as circunstâncias que encontrarem, descobrirem e observarem.	

HISTÓRICO:

- Vítima de acidente de trânsito em 20/05/2011.

DESCRIÇÃO:

- Teve fratura de clavícula direita. Permaneceu com imobilização ("8" gessado) por 40 (quarenta) dias.
- Apresenta calo ósseo em terço proximal da clavícula direita. Dor a mobilização do ombro direito.

CONCLUSÃO:

- Deformidade permanente em clavícula direita.

QUESITOS e suas RESPOSTAS:

- **1º** Há ofensa à integridade física ou a saúde? **SIM.**
- **2º** Qual o instrumento ou meio que a produziu? **INSTRUMENTO CONTUNDENTE.**
- **3º** Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, tortura ou por meio insidioso ou cruel (resposta especificada)? **NÃO.**
- **4º** Houve Perigo de vida? **NÃO.**
- **5º** Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? **SIM.**
- **6º** Resultou incapacidade permanente para o trabalho, enfermidade incurável, debilidade permanente de membro, sentido ou função, aborto ou aceleração de parto ou deformidade permanente? **SIM. DEFORMIDADE EM CLAVÍCULA DIREITA E DEBILIDADE FUNCIONAL PERMANENTE.**

É por ser verdade digite este documento, que depois de revisado e achado conforme, será assinado pelos profissionais abaixo e por mim: Martine dos Santos Carão

Marilene M. Almeida
Perito Médico Legista
CRM 535/RR

IML
Av. Venezuela nº 2.083, Bairro Liberdade, CEP 69 310 270 - Boa Vista/RR.
Tel. (95) 2121-3409 (recepção), (95) 2121-3430 (direção).



► **Consulta Sinistros DPVAT**

DADOS DO PROCESSO N.º 2012/126553

Nome da Vítima: **MISAEAL CARLOS DA SILVA**
Procurador: **Inexistente**
Data de Nascimento: **17/08/1984**
Data do Sinistro: **20/05/2011**
Natureza do Sinistro: **INV.PARCIAL**
Nome do Requerente: **MISAEAL CARLOS DA SILVA**
CPF do Requerente: **841.520.792-15**
Seguradora: **American Life**
Unidade Receptora: **RECIFE**
Unidade: **EDR - Recife**
Centralizadora:

Ver

Comentários:

<u>26/10/2011</u>	Processo analisado pela analista
<u>20/03/2012</u>	Processo analisado pela analista
<u>21/03/2012</u>	Processo enviado para o prestador Recall nesta data
<u>30/03/2012</u>	Processo enviado para o prestador Recall nesta data

Pagamentos providenciados

Nome beneficiário	Data previsão pgto	Valor
MISAEAL CARLOS DA SILVA	20/04/2012	1.687,50



ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL

TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Processo nº 0713959-34.2012.823.0010 – Ação de Cobrança PROJUDI
Autor: Misael Carlos da Silva
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Em 15 de agosto de 2012 na sala de audiências da 5ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, no Edifício do Fórum Sobral Pinto, sob a presidência do Meritíssimo Juiz de Direito, Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti, foi aberta, às 15:55 horas, a audiência de conciliação referente ao processo e às partes acima identificados (Mutirão de Conciliação DPVAT – Portaria nº. 01/2012, de 25/06/2012). Presentes a parte autora, Sr. Misael Carlos da Silva, acompanhado por seu advogado, Dr. Claybson Cesar Baia Alcantara (OAB/RR 505), e os prepostos da parte ré, Sr. Paulo Leite de Farias Filho (RG nº 10061540-0) e Sr. Anderson Arruda Alves da Silva (RG nº 12709318-5), acompanhados de seu advogado, Dr. Álvaro Luiz da C. Fernandes (OAB/AC 3592A). Aberta a audiência, foi apresentado o laudo relativo à perícia a qual a parte autora foi submetida nesta data, no qual consta a seguinte conclusão: incapacidade do braço direito em grau médio. A parte ré apresentou proposta de acordo nos seguintes termos: como já houve pagamento administrativo no valor de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a ré se propõe a pagar, no prazo de trinta dias úteis a contar da homologação, o valor de R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) a título de complementação da indenização DPVAT. As custas finais serão pagas pela ré. A ré pagará, no mesmo prazo, honorários advocatícios no valor de R\$ 455,62 referente a 15% do valor do acordo. As partes renunciaram ao direito de recorrer. O autor concordou com a proposta de conciliação e as partes pediram a homologação do acordo. O M.M. Juiz proferiu a seguinte sentença: "As partes submetem à apreciação deste Juízo o acordo acima descrito, que apresenta consonância com os ditames legais e constitucionais, razão pela qual o homologo por sentença, para que gere os devidos efeitos. Custas e honorários na forma do acordo. Arbitro os honorários periciais em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), devendo os mesmos serem pagos no mesmo prazo estabelecido no acordo. Sentença publicada em audiência, com imediato trânsito em julgado. Feito o depósito, expeçam-se os alvarás de levantamento do principal e dos honorários do advogado e do perito." Nada mais havendo, mandou o M.M. Juiz encerrar o presente termo, que vai por todos assinado, e que eu, Natasha Cauper Ruiz, digitei.

x
Misael Carlos da Silva




ESTADO DE RORAIMA
PODER JUDICIÁRIO
5ª VARA CÍVEL

TERMO DE AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO

Processo nº 0713959-34.2012.823.0010 – Ação de Cobrança PROJUDI
Autor: Misael Carlos da Silva
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A


Relação dos presentes na audiência realizada no dia 15/08/2012 às 15:55h.




M.M. JUIZ

Misael Carlos da Silva
Parte Autora

Claybson Cesar Baia Alcantara
Advogado Parte Autora

Paulo Leite de Farias Filho
Preposto Parte Ré

Álvaro Luiz da C. Fernandes
Advogado Parte Ré

Anderson Arruda Alves da Silva
Preposto Parte Ré

0713959-34.2012.8.23.0010

15/08

às 15:55

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/8/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Miguel Carlos da Silva

CPF: 841.520.792-15

Endereço completo: _____

Informações do acidente

Local: Av. Ayrton Senna em frente ao Supermercado Tropical

Data do Acidente: 20 / 05 / 11

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº _____ para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 5ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Bom Vista - RR.

Local, data.

Miguel Carlos da Silva
Assinatura da vítima

Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Trauma no braço direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Doença degenerativa da articulação do ombro

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

PROJUDI - Processo: 0713959-34.2012.8.23.0010 - Ref. mov. 13.1 - Assinado digitalmente por
16/08/2012: Homologação de Transação. Arq: Termo de Audiência

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima:

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não.

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Braco ② ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

BEV 15/8/12

Assinatura do médico - CRM:

[Assinatura]

André de Oliveira Leal
Médico
SALEK CRM 8264361-0

UF: RJ
Médico
Ortopedia e Traumatologia
CRM 8264361-0



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº 0713959-34.2012.823.0010

Autor: MISAEL CARLOS DA SILVA

Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO
SEGURO DPVAT,**

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, para informar o cumprimento do acordo, requerendo a juntada dos comprovantes de depósito no valor de R\$ 3493,12 (tres mil e quatrocentos e noventa e tres reais e doze centavos), correspondente ao montante devido ao autor e ao seu procurador; e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente aos honorários periciais.

As custas processuais finais, caso existentes, ficarão a encargo da Requerida, que providenciará o pagamento diretamente no cartório.

Por fim, se requer que doravante as intimações sejam em nome de ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES, 3592/AC.

***Nestes termos, pede deferimento.
Boa Vista, 9 de outubro de 2012.***

**Alvaro Luiz Fernandes
OAB/AC 3592**


**Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: MISAEL CARLOS DA SILVA
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
BOA VISTA - 5 VARA CIVEL
Processo: 7139593420128230010 - ID 081210000000150486
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 12:32:59
837418234 0258

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TÍTULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000000161078800036368257188155640000015000
NOSSO NUMERO 16107880036368257
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJO - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
DATA DE VENCIMENTO 31/12/2012
DATA DO PAGAMENTO 03/10/2012
VALOR DO DOCUMENTO 150,00
VALOR COBRADO 150,00
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 2986,440,002 592,101

NR. AUTENTICACAO D.182.045.8A7.276,78E
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

Nome do Cliente		Data de Vencimento		RECIBO DE SACADO	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO		31/12/2012		Valor Cobrado	
Agência / Código do Cedente		Nosso Número		150,00	
2234 / 99747159-0		16107880036368257		Autenticação Mecânica	

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Autor: MISAEL CARLOS DA SILVA
Réu: DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS C
BOA VISTA - 5 VARA CIVEL
Processo: 07139593420128230010 - ID 081210000000150451
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente
para efetivação do depósito.

03/10/2012 - BANCO DO BRASIL - 14:24:28
837418234 0479

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

BANCO DO BRASIL S.A.

00190000090161078800036368229167155640000349312
NOSSO NUMERO 16107880036368229
CONVENIO 01610788
SISTEMA DJD - DEPOSITO JUDICIAL
AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159
DATA DE VENCIMENTO 31/12/2012
DATA DO PAGAMENTO 03/10/2012
VALOR DO DOCUMENTO 3.493,12
VALOR COBRADO 3.493,12
DADOS CHEQUE: 001 001 1769 3906.440.002 592.118

NR.AUTENTICACAO 7.C47.E8A.18E.279.A33
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A

RECIBO DE SACADO

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO	31/12/2012	3.493,12
Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	16107880036368229	

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. ALVARO LUIZ FERNANDES**, brasileiro, divorciado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3592, **FLORINDO SILVESTRE POERSCH**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 800, **LEONARDO COSTA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/AC sob o nº 3.584; com escritório na Rua Jardim Primavera nº 207, Conjunto Jardim Manoel Julião, bairro Vila Ivonete, Rio Branco, Acre - 69.914.405, **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA POERSCH ADVOGADOS ASSOCIADOS**, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3861-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2011

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2102-7600 - Reconheço
por semelhança as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ MÁRCIO
BARBOSA NORTON

Data: 08/06/2011

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 2011. Conf. por:

Fim testemunha: da Verdade: Servente:

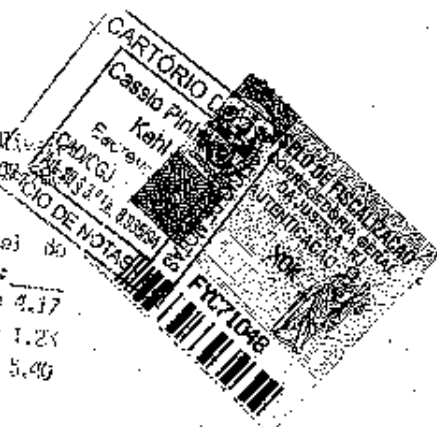
Bruno Rodrigo Felipe Paesquer - aut.



1º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueira Oliveira
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2102-7600 - Reconheço
por semelhança a firma de
Data: 08/06/2011. Conf. por:
Rio de Janeiro, 21 de Junho de 2011.

Cassio Pinheiro Kehl - aut.

Servente: = 4,17
30% (12,5103) = 1,25
Total = 5,40



[illegible]

- Parte V - Publicações a Pedido -

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 198,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00 (*)

1) FONTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

[illegible]

PRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Rua Marquês de Caxias, 21.

www.impressaoeideal.org.br

දුරකථන අංකය: 0800-284487 ටික්කේ පිහිටි පිහිටි

11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 1044 10

[illegible]

Id: 445

[illegible]

(21) 27174141

ATA5. CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associacões, Sociedades e Firmas

FEZ DE RIO DAS OSTRAS PARTICIPAÇÕES S.A.
NIRE 33.3.0028547-4
CNPJ ME nº 08.758.040/0001-65

476 35 486E4441 104 56641 35764

[illegible]

SECURADORA LIBRE DE COMERCIO
DO REGISTRO DE PATENTES S.A.
CALLE 14 N° 29-25, BOGOTÁ 11034
NIRE N° 2002084754

[illegible]

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações

Associações: Sindicatos e Freguesias.....51

Ativ. Cultur. e Tempos.....52

Associações, Sindicatos e Freguesias.....53

Grupos de Representação Profissional.....54

[illegible]


WILSON, BOB OFFSHORE BUA

"Een Omgang met de..."

[illegible][illegible]

PREENCHER COM LETRA DE FORMA				AR	
DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE					
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE					
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.					
ENDEREÇO / ADRESSE					
CEP / CODE POSTAL		CIDADE / LOCALITÉ		UF	PAIS / PAYS
20031-205		Rio de Janeiro		RJ	Brasil
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION				NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
Carta de Citação/Intimação - 5ª V.G.				<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE	
Proc. 0713969-34.2012.8.23.0010.				<input type="checkbox"/> EMS	
				<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR			DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION		CARIMBO DE ENTREGA / UNITÉ DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
			27 AGO 2012		
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR					
Elaine Silva de Azevedo RG: 20829253-8 DIC					
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR			RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
			R. JUNIOR 8956-5347		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO					

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 185 mm

 CORREIOS BRÁSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO)	
	AVIS CN07		RQ 95487637 3 BR	
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT			TENTATIVA Nº _____	
			REGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT			: h	: h
			: h	: h
PREENCHER COM LETRA DE FORMA				
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'ÉDITEUR				
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE				
CIDADE / LOCALITÉ				
UF				BRASIL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 Praça do Centro Cívico S.N. - Centro
 CEP 59.301-380 - Boa Vista - RR



ALVARÁ DE LEVANTAMENTO (PRAZO DE 20 DIAS)



Proc. nº 0713959-34.2012.823.0010

Autor: MISAEL CARLOS DA SILVA.

Rêu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

O Dr. Erasmo Hallysson S. de Campos, MM. Juiz de Direito, respondendo por esta 5ª Vara Cível, Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais.

POR ESTE ALVARÁ, indo devidamente assinado e atendendo ao que lhe foi requerido nos autos do processo supracitado, concede a necessária autorização para liberar para o(a) perito(a) judicial, Dr. **ROGÉRIO LEONARDO DE PAULA DIAS - CPF nº 667.859.952-72**, junto ao Banco do Brasil S/A, Agência Boa Vista, o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), com rendimentos devidos, depositados nos autos do processo acima, conforme evento 16 (cópia anexa).

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Boa Vista, 06 de dezembro de 2012.

Juiz Erasmo Hallysson S. de Campos
Respondendo pela 5ª Vara Cível

Contadoria
Folha nº

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE BOA VISTA
CONTADORIA DO FÓRUM**

PLANILHA DE CÁLCULOS

5° VARA CÍVEL	PROCESSO N° : 0713959-34.2012.823.0010
AÇÃO : COBRANÇA DE SEGURO DPVAT	
VALOR DA CAUSA : R\$ 11.812,50	

C U S T A S :	FINAIS	TOTAIS	COMPLEMENTARES
----------------------	---------------	---------------	-----------------------

ESCRIVANIA:	209,15
TAXA JUDICIÁRIA:	40
OUTRAS DESPESAS RECOLHIDAS:	R\$
PAGAMENTO EFETUADO - INICIAL:	

TOTAL GERAL (p/ recolhimento)	249,15
--	---------------

HONORÁRIOS ADV .:

R\$ -

Obs.: Os cálculos acima já estão de acordo com a nova lei de custas (Lei Estadual nº 752 de 23/12/2009), Resolução Presidencial TJ nº 004/2007 e Portaria 819/2001 .

Boa Vista - RR, 16 de julho de 2013.

(assinado digitalmente)

ErasmO José S. Da Silva

Técnico judiciário

Matrícula: 3010498



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0713959-34.2012.823.0010**
Requerente: **MISAEL CARLOS DA SILVA**
Requerida: **DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,

já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondente ao montante devido.

**Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 9 de outubro de 2013.**


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

Alvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/AC nº 3592



						86660000002-4 49150574106-7 02013101800-2 10130018984-8						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 18/10/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0018984		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0713959-34.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
												
Autenticação Mecânica												

						86660000002-4 49150574106-7 02013101800-2 10130018984-8						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 18/10/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0018984		Valor da Causa: R\$ 11.812.50		Processo: 0713959-34.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
Descrição das receitas 01. CUSTAS FINAIS										Valor R\$ R\$ 249,15		
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL										R\$ 249,15		
												
Autenticação Mecânica												



Outros convênios

04/10/2013 17:00:35

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 17.00.31
5790805790

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86660000002-4 49150574106-7
	02013101800-2 10130018984-8
Data do pagamento	04/10/2013
Valor Total	249,15

=====

DOCUMENTO: 100477
AUTENTICACAO SISBB:
4.CA7.73C.E5C.102.283

Transação efetuada com sucesso por: J6957950 CHARLES FRIEDRICH NETO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA - RR.**

Autos nº **0720230-59.2012.8.23.0010**
Requerente: **ALISSON BORGES DE OLIVEIRA**
Requerida: **DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT**

DPVAT - SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,



já qualificada nos autos em epígrafe, comparece, respeitosamente, perante Vossa Excelência, para informar o pagamento das custas finais, requerendo a juntada do comprovante de depósito no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos), correspondente ao montante devido.

**Nestes termos, pede deferimento.
Rio Branco, 9 de outubro de 2013.**


Florindo Silvestre Poersch
OAB/AC nº 800

Alvaro Luiz da Costa Fernandes
OAB/AC nº 3592



						86630000002-7 49150574106-7 02013101800-2 10130019112-5						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 18/10/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0019112		Valor da Causa: R\$ 10.462.50		Processo: 0720230-59.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
												
Autenticação Mecânica												

						86630000002-7 49150574106-7 02013101800-2 10130019112-5						
GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA												
Órgão: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA			CNPJ: 05.741.060/0001-89		Agência: 3797-4		Conta: 51669-4		Valor do Documento: R\$ 249,15		Vencimento: 18/10/2013	
Comarca: BOA VISTA			Nº G.A.J.: 010.13.0019112		Valor da Causa: R\$ 10.462.50		Processo: 0720230-59.2012.8.23.0010					
Contribuinte: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A									CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04			
Descrição das receitas 01. CUSTAS FINAIS										Valor R\$ R\$ 249,15		
OBS.: PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL										R\$ 249,15		
												
Autenticação Mecânica												



Outros convênios

04/10/2013 17:12:03

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
04/10/2013 - AUTO-ATENDIMENTO - 17.12.03
5790805790

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: POERSCH E ADVOGADOS ASSOC
AGENCIA: 5790-8 CONTA: 270.757-8
EFETUADO POR: C FRIEDRICH NT
=====

Convenio	FUNDEJUR - REC CUSTAS JUD
Codigo de Barras	86630000002-7 49150574106-7
	02013101800-2 10130019112-5
Data do pagamento	04/10/2013
Valor Total	249,15

=====

DOCUMENTO: 100491
AUTENTICACAO SISBB:
7.1CA.ED5.583.6DF.629

Transação efetuada com sucesso por: J6957950 CHARLES FRIEDRICH NETO.